



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **6 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 16 de fevereiro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO Economistas já calculam freio na economia.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO DILMA E OBAMA VÃO ASSINAR ACORDO PARA DESTRAVAR COMÉRCIO	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO PAÍS SÓ ATRAI MENOS RECURSOS DO QUE A CHINA	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Dilma e Obama vão assinar acordo para destravar comércio	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Economia brasileira já dá sinais de desaquecimento, diz Arminio Fraga	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
EXTRA ON LINE Prorrogação de programa para investimento sai em 2 dias, diz Pimentel	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Economistas já calculam freio na economia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Economistas já começaram a rever para baixo suas projeções para o PIB deste ano. Recuo na produção Pólo Distrito Industrial e na oferta de crédito e aperto monetário são os motivos. Uma consultoria mudou a projeção de 4,3% para algo entre 3,5% e 4%.

Consultorias reduzem previsão do PIB

Recuo na produção Pólo Distrito Industrial, menor oferta de crédito e alta dos juros para combater a inflação são os principais motivos apontados

Roberta Scrivano, Cleide Silva e Fernando Scheller - O Estado de S.Paulo

Consultorias e economistas já começaram a rever para baixo as suas projeções para a economia este ano. Recuo nos dados da produção Pólo Distrito Industrial, menor oferta de crédito e alta dos juros são os principais motivos apontados para a mudança. Como a inflação está alta, os economistas dizem que a elevação dos juros deve ser maior do que se previa.

A maior alteração nas previsões é da LCA Consultoria. Para Bráulio Borges, economista-chefe da LCA, o País deve fechar o ano com alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) entre 3,5% e 4%. Antes, a projeção era de 4,3%. Os motivos do recuo, diz, são principalmente as medidas adotadas pelo governo para conter o crédito.

Economista da LCA, Thovan Tucakov diz que a desaceleração será intensificada pelos aumentos que devem ocorrer na taxa básica de juros (Selic) e pela política fiscal menos expansiva.

Para a Rosenberg & Associados, o **PIB** de 2011 deverá crescer 4,7% - antes, a projeção era de 5%. Segundo a economista-chefe Thais Marzola Zara, a desaceleração que ocorre na produção Pólo Distrito Industrial desde 2010 vai

afetar o crescimento do País. "Seria necessário uma aceleração forte nos próximos meses para alcançar a projeção inicial, mas, dado o nível do câmbio e a questão da competitividade do País, isso não deve ocorrer."

A Tendências Consultoria, que projetava alta no **PIB** de 4,4% para 2011, também está revendo sua expectativa. Rafael Bacciotti diz que a decisão da revisão foi tomada desde que saíram os dados da produção Pólo Distrito Industrial de dezembro. "Quando vimos que a produção recuou 0,7% em dezembro em vez de subir os 0,4% projetados pelo mercado, decidimos revisar o resultado do **PIB**."

A MCM projeta um crescimento de 4,5% em 2011, mas estuda reduzir a estimativa para uma faixa entre 4% e 4,2%. Um dos motivos é a alta da inflação, que pode provocar uma elevação mais forte dos juros. "Tenho receio das medidas macroprudenciais adotadas pelo Banco Central. É difícil medir seu impacto", diz José Júlio Senna, da MCM.

Dos bancos que divulgam projeção para o desempenho da economia (Bradesco, Itaú e Santander), apenas o Bradesco disse que poderá revisar para baixo o número. Itaú e Santander não tinham economistas disponíveis para responder à reportagem.

Octávio de Barros, economista do Bradesco, lembra que a atual projeção do banco é 4,3%. "Reconheço que os indicadores estão sugerindo uma desaceleração mais rápida", diz. "Não podemos descartar uma revisão para baixo, mas esperamos mais alguns indicadores."

Pedro Galdi, analista-chefe da SLW, também diz que é possível perceber sinais de desaceleração na economia: o aperto do crédito, por exemplo, já se refletiu na queda da produção de veículos. Apesar disso, a SLW ainda não revisou as expectativas para o **PIB** em 2011, que seguem em 4,5%.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO DILMA E OBAMA VÃO ASSINAR ACORDO PARA DESTRAVAR <u>COMÉRCIO</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governos finalizam tratado que visa a resolver barreiras sanitárias e técnicas, mas sem mexer em tarifas comerciais

Empresários afirmam que alcance de acordo é limitado; agenda busca reaproximação após divergências por Irã

PATRÍCIA CAMPOS MELLO

DE SÃO PAULO

A presidente Dilma Rousseff e o presidente Barack Obama devem assinar um tratado de cooperação econômica e comercial (Teca, na sigla em inglês) durante a visita do líder americano ao Brasil, em 19 e 20 de março. O Itamaraty e o Escritório de **Comércio** dos Estados Unidos, o USTR, estão finalizando os detalhes do acordo, nos moldes de tratados fechados pelo **Brasil** com a Suíça e pelos EUA com o Uruguai. Segundo uma fonte do governo brasileiro, o acordo já está nas mãos dos advogados, para os acertos finais.

O acordo deve ser um dos principais anúncios da visita de Obama, ao lado de um tratado de previdência, semelhante ao assinado com o Japão. O tratado cria um mecanismo bilateral, em nível ministerial, para que as barreiras ao **comércio** e aos investimentos nos dois países sejam discutidas e resolvidas.

Alguns dos principais entraves econômicos que podem ser abordados pelo tratado são barreiras sanitárias a produtos como carnes e frutas brasileiras, simplificação de processos alfandegários e normas técnicas. Mas o acordo não prevê redução de tarifas de **importação**. "O Teca é um acordo que fica muito aquém de uma liberalização comercial", diz José Augusto Coelho Fernandes, diretor-executivo da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

"Mas pode organizar determinadas formas de cooperação econômica e ajudar na **monitoração** de temas **importantes**", pondera.

O tratado começou a ser negociado em 2009, mas as conversações ficaram em banho-maria no ano passado, em meio às fricções causadas pelo acordo militar EUA-Colômbia, a crise de Honduras e a questão do Irã. A assinatura do acordo, apesar de não ter efeitos imediatos de abertura comercial, é vista como reaproximação e restabelecimento de confiança entre os países.

O QUE FICOU DE FORA

O Teca não aborda algumas das principais reivindicações do **Brasil** - redução de tarifas ou cotas para açúcar, etanol, calçados, têxteis, retirada de medidas antidumping sobre aço, suco de laranja e camarão, nem eliminação da bitributação.

Quando o Uruguai assinou o Tifa, um tratado semelhante com os EUA, em 2007, houve gritaria geral no **Mercosul**, com críticas de que o acordo poderia minar a legitimidade do bloco, já que poderia ser o precursor de um possível acordo de livre-**comércio**.

Segundo o governo brasileiro, o tratado dá ao Escritório Comercial dos EUA autoridade para tratar de temas da agenda bilateral, como acelerar a resolução de questões, como barreiras sanitárias a **exportações** agrícolas.

Nas palavras de um empresário, na prática é um conselho que se reúne periodicamente, pega uma lista de problemas e tenta resolver.

Para esse empresário, o setor privado apoia porque é uma forma de deixar o **comércio** como prioridade, mas não remove barreiras.



VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO PAÍS SÓ ATRAI MENOS RECURSOS DO QUE A CHINA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DE SÃO PAULO

Entre os países em **desenvolvimento**, o **Brasil** é o segundo destino de investimentos de fundos emergentes e de ações globais, só perdendo para a China.

As fatias para os dois países foram de, respectivamente, 18% e 21% em 2010, segundo a EPFR. Mas grandes fundos como a pimco e a Aberdeen têm o **Brasil** no topo da lista dos emergentes onde mais investem. Embora crescentes, os recursos recebidos pelo **Brasil** dos chamados fundos globais ainda representam uma fração do que o país atrai das carteiras dedicadas apenas a países emergentes.

A pimco, uma das maiores administradoras de recursos do mundo, destinava ao país, em meados de 2010, US\$ 85,5 milhões por meio de seu Global Advantage Strategy Bond Fund.

Outros seis fundos da empresa gestora com foco em **mercados** emergentes ou "em **desenvolvimento**" aplicavam quase 20 vezes a mais no país, um total de US\$ 19,7 bilhões, segundo cálculos feitos pela Folha com base nos balanços da empresa apresentados à SEC (Securities and Exchange Commission, xerife do **mercado** financeiro norte-americano).

Mas, segundo Mohamed El-Erian, presidente-executivo da pimco, a tendência é que gestores globais continuem diversificando investimentos no Brasil: "O sucesso econômico e financeiro do **Brasil** está atraindo um grupo muito maior de investidores globais".

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma e Obama vão assinar acordo para destravar <u>comércio</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governos finalizam tratado que visa a resolver barreiras sanitárias e técnicas, mas sem mexer em tarifas comerciais

Empresários afirmam que alcance de acordo é limitado; agenda busca reaproximação após divergências por Irã

PATRÍCIA CAMPOS MELLO

DE SÃO PAULO

A presidente Dilma Rousseff e o presidente Barack Obama devem assinar um tratado de cooperação econômica e comercial (Teca, na sigla em inglês) durante a visita do líder americano ao Brasil, em 19 e 20 de março.

O Itamaraty e o Escritório de **Comércio** dos Estados Unidos, o USTR, estão finalizando os detalhes do acordo, nos moldes de tratados fechados pelo **Brasil** com a Suíça e pelos EUA com o Uruguai. Segundo uma fonte do governo brasileiro, o acordo já está nas mãos dos advogados, para os acertos finais.

O acordo deve ser um dos principais anúncios da visita de Obama, ao lado de um tratado de previdência, semelhante ao assinado com o Japão. O tratado cria um mecanismo bilateral, em nível ministerial, para que as barreiras ao **comércio** e aos investimentos nos dois países sejam discutidas e resolvidas.

Alguns dos principais entraves econômicos que podem ser abordados pelo tratado são barreiras sanitárias a produtos como carnes e frutas brasileiras, simplificação de processos alfandegários e normas técnicas.

Mas o acordo não prevê redução de tarifas de **importação**. "O Teca é um acordo que fica muito aquém de uma liberalização comercial", diz José Augusto Coelho Fernandes, diretor-executivo da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

"Mas pode organizar determinadas formas de cooperação econômica e ajudar na **monitoração** de temas **importantes**", pondera.

O tratado começou a ser negociado em 2009, mas as conversações ficaram em banho-maria no ano passado, em meio às fricções causadas pelo acordo militar EUA-Colômbia, a crise de Honduras e a questão do Irã.

A assinatura do acordo, apesar de não ter efeitos imediatos de abertura comercial, é vista como reaproximação e restabelecimento de confiança entre os países.

O QUE FICOU DE FORA

O Teca não aborda algumas das principais reivindicações do **Brasil** -redução de tarifas ou cotas para açúcar, etanol, calçados, têxteis, retirada de medidas antidumping sobre aço, suco de laranja e camarão, nem eliminação da bitributação.

Quando o Uruguai assinou o Tifa, um tratado semelhante com os EUA, em 2007, houve gritaria geral no **Mercosul**, com críticas de que o acordo poderia minar a legitimidade do bloco, já que poderia ser o precursor de um possível acordo de livre-**comércio**.

Segundo o governo brasileiro, o tratado dá ao Escritório Comercial dos EUA autoridade para tratar de temas da agenda bilateral, como acelerar a resolução de questões, como barreiras sanitárias a **exportações** agrícolas.

Nas palavras de um empresário, na prática é um conselho que se reúne periodicamente, pega uma lista de problemas e tenta resolver.

Para esse empresário, o setor privado apoia porque é uma forma de deixar o **comércio** como prioridade, mas não remove barreiras.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Economia brasileira já dá sinais de desaquecimento, diz Arminio Fraga		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Bruno Rosa

Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central (BC) e sócio da Gávea Investimentos, afirmou ontem que a economia já deu alguns sinais de desaquecimento, mas disse que ainda é cedo para dizer se a trajetória é equilibrada ou consistente. O economista defendeu ainda que o Rio de Janeiro deveria ser a capital verde do **Brasil** e até do mundo.

- A economia deu alguns sinais de estar desaquecendo sim. Ainda é cedo para dizer se está em uma trajetória equilibrada ou não. Penso que vai ser preciso fazer esse corte (de R\$50 bilhões no orçamento **Governo Federal**) na íntegra, não só para regular a demanda, mas para dar espaço lá na frente para os juros caírem. Nada traz mais benefícios que a queda dos juros - disse Arminio Fraga, que participou ontem do TEDx Rio, versão carioca do evento americano TED.com, no Vivo Rio.

"Rio precisa acabar com a ocupação desordenada"

Fraga ressaltou que, pelo comportamento da inflação e da demanda interna, há necessidade de correção nos juros, no orçamento e no crédito. Para o ex-presidente do BC, a política

econômica precisa ser equilibrada, pois vinha trabalhando com expansão fiscal e do crédito fortes.

- E isso colocava pressão nos juros e na inflação. A proposta do governo Dilma Rousseff nesse primeiro momento é justamente corrigir essa inversão.

Fraga disse que o Rio de Janeiro precisa vencer desafios para se tornar a capital verde do país e, quem sabe, do mundo.

- Mas para isso terá de acabar com a desocupação desordenada. Sem autoestima, perde-se a capacidade de ousadia. A educação precisa ser o foco. Vejo que há um momento positivo para o Rio se reencontrar com o sucesso - disse Fraga, lembrando que a ocupação do Estado de áreas dominadas pelo tráfico ajudou a impulsionar os preços do imóveis no Rio de Janeiro.

	VEÍCULO EXTRA ON LINE	EDITORIA	
	TÍTULO Prorrogação de programa para investimento sai em 2 dias, diz PIMental		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

SÃO PAULO - A Medida Provisória que detalhará as condições de prorrogação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) deverá ser publicada em até 48 horas, segundo o ministro do Desenvolvimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMental.

Após participar de reunião promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em São Paulo nesta segunda-feira, o ministro destacou que os juros para compra de máquinas e equipamentos serão "equalizados". "O PSI continuará com condições muito favoráveis", comentou.

Para o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, a taxa de financiamento deverá ser compatível com as necessidades das empresas. Ele disse acreditar que os juros ficarão um pouco acima dos atuais 5,5% ao ano, mas apenas para cobrir a diferença da inflação. "Acho a taxa se situará em torno de 6% ou 6,5%, no máximo", avaliou.

Quanto ao volume de recursos que deverão ser disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para crédito às empresas, o presidente da CNI ressaltou que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, chegou a comentar que o montante ficaria em torno de R\$ 150 bilhões em 2011.

(Francine De Lorenzo | Valor)